

# Relatório de gestão

# SUMÁRIO

1. Identificação .....	02
2. Responsabilidades institucionais .....	03
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	04
3. Estratégia de atuação .....	05
4. Gestão de programas e ações.....	07
5. Desempenho operacional.....	15
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	15
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	15
8. Operações de fundos.....	15
9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007).....	15
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	16
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	16
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	17
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	19
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	22

# 1. Identificação

## 1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

- 1.1 Superintendência de Polícia Federal no Estado do Amapá, abrangendo a Delegacia de Oiapoque.
- 1.2 00.394.494/001-27;
- 1.3 Órgão da Administração Direta do Poder Executivo;
- 1.4 Ministério da Justiça;
- 1.5 Av. Ernestino Borges, 1402, Bairro Jesus de Nazaré, Macapá – Ap, CEP 68.900.901, Tel: (96) 3223-9644, Fax (96) 3223-6630, Página Eletrônica: [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br) (SR/DPF/AP); e Av. Barão do Rio Branco, 500 - CEP 68980-000, Tel/Fax (96) 3223-6630
- 1.6 [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br);
- 1.7 200402 e 200403 (UG's) e gestão 0001;
- 1.8 Lei nº 8.715 de 05 de outubro de 1993;
- 1.9 Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal; e
- 1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade Jurisdicionada de que trata as contas: Portaria nº 1300 de 14/09/2003 do DOU nº 172.
- 1.11 Função predominante: segurança pública
- 1.12 Tipo de atividade : atividade policial

## 2. Responsabilidades institucionais

### 2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Amapá, igual as outras vinte e seis unidades estaduais, é o órgão **executor** das políticas públicas a cargo do Departamento de Polícia Federal, como integrante da estrutura do Ministério da Justiça.

As políticas públicas ligadas a atividade fim deste órgão dizem respeito ao combate a criminalidade. Ex.: Sistema Único de Segurança, Programa Nacional de Redução de Demanda e de Oferta de Drogas e Combate a Criminalidade, prevenção e repressão aos crimes contra os interesses da União.

Assim, conforme previsto na Constituição Federal, a polícia federal deve atuar preventiva e repressivamente no combate aos crimes de sua atribuição. Em razão de sua cultura funcional e estruturação organizacional, a atuação repressiva é a de maior prevalência, embora observe-se os primeiros movimentos em aumentar a atuação preventiva no combate à criminalidade. A atuação preventiva que, segundo os estudiosos de segurança pública, deve ser prioritária, no caso da polícia federal, acontece na modalidade de polícia administrativa, exercida no controle de comércio de armas de fogo, precursores químicos para fabricação de drogas ilícitas, controle da atividade de segurança privada, controle de fronteiras, etc.

Como pode ser observado pela natureza das ações a cargo da Polícia Federal, sua principal atuação é a repressão aos crimes dito federais, ou seja da competência da Justiça Federal.

A atuação repressiva da Polícia Federal se expressa em cada investigação realizada, formalizada no inquérito policial. Assim, quanto maior o número de inquéritos relatados maior a atuação efetiva do órgão em prol da sociedade. Este ano a taxa de inquérito relatados (181 inquéritos relatados dividido por 350 instaurados) foi de 57%, não alcançando a taxa imposta como meta que era de 92%.

Esta unidade da polícia federal em razão da incidência criminal decorrente das características próprias deste estado tem grande quantidade de investigações de crimes contra o meio ambiente e previdência social. Sendo que para fazer frente a essa realidade as respectivas delegacias especializadas foram priorizadas, principalmente quanto a distribuição de efetivos policiais.

Deve ser destacado no exercício, a participação de grande contingente de policiais e servidores administrativos desta unidade no esquema de segurança dos jogos pan-americanos realizados na cidade do Rio de Janeiro e algumas operações especiais, assim classificadas por sua magnitude ou importância relativa, que foram a OPERAÇÃO ANTÍDOTO e OPERAÇÃO SUCURI, a primeira apurou desvio de verbas públicas do SUS e a segunda a prática de crimes ambientais em área de preservação na fronteira Brasil/Guiana Francesa.

Outro destaque foi a chegada de grande contingente de novos policiais, recém formados, no final do ano, que significa maior capacidade de trabalho para o ano de 2008.

### **3. Estratégia de atuação**

As macro estratégias de atuação foram duas. Aumentar a quantidade de investigações (inquéritos policiais) em todas as áreas de atuação, em razão do aumento de efetivo policial, e priorizar através de aumento relativo de policiais e meios as duas áreas de maior demanda, que são crimes ambientais e contra a previdência. Assim foi feito. Foi disponibilizado relativamente a outras delegacias maior número de policiais, aumentado os recursos materiais e financeiros para as duas delegacias especializadas.

A atuação de todas as delegacias foi prejudicada nos meses de julho e agosto em razão da necessidade de disponibilizar mão de obra policial e administrativa para participarem do esquema de segurança do PAN-AMERICANO 2007, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

Outra variável que ainda impacta negativamente a atuação desta unidade são os contingentes insuficientes para as demandas, de servidores policial e administrativo, principalmente, para uma atuação

preventiva. Como já mencionado, somente no final de dezembro chegou expressivo número de novos policiais.

Deve ser destacado também como fator negativo para a atuação da unidade o fato de que a quase totalidade dos policiais tem pouco experiência profissional, ou seja, são recém formados. Tal situação com certeza impede uma atuação mais qualificada, pois a experiência na atividade policial é fator de que induz maior produtividade. A solução buscada, implementada parcialmente, foi a obtenção de ações de capacitação durante todo o exercício.

## **5. Desempenho operacional**

Nao se aplica a esta Superitendencia.

## **6. Previdência Complementar Patrocinada**

Nao de aplica a esta Superitendencia.

## **7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal**

Nao se aplica a esta Superintendencia.

## **8. Operações de fundos**

Nao se aplica a esta Superintendencia

## **9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)**

Nao se aplicar a esta Superitendencia

**Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais  
(conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica  
do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Nesta Superintendencia nao ocorreu no ano de 2007,  
nenhum fato irregular norteador da instauração da TCE

**Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras  
irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por  
natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Nao houve fato irregular apurado pelo TCU, nesta Superintendencia, referente  
ao ano de 2007.



## Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

*Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura*

2005	2006	2007
Esta Superintendência não utilizou cartão corporativo.	Esta Superintendência não utilizou cartão corporativo	Valor total R\$ 595,40

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
COMPRA DE CADEADOS	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA	DELMIRO GABRIEL SILVA	R \$ 65,10
CARIMBOS	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 285,00
ESPUMA D-23	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 52,80
<b>Totais</b>			<b>R\$ 402,90</b>

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Óleo lubrificante	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA	Wagner Thales Sousa Araujo.	R \$ 41,00
Material elétrico e eletrônico	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 30,00
Material p/áudio vídeo e foto	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 121,50
<b>Totais</b>			<b>R\$ 192,00</b>

*Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados*

2005	2006	2007
Esta Superintendência não utilizou cartão corporativo	Esta Superintendência não utilizou cartão corporativo	R\$ 9.173,10

*Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007*

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
COMPRA DE CADEADOS	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA,	DELMIRO GADRIEL SILVA	R\$ 200,00
LIMPEZA DOS CONDICIONADORES DE AR	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 60,00
CONCERTO BOMBA D` AGUA.	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 150,00
SERVICOS ELETRICISTA	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 200,00
CONCERTO DE SOLDA	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 50,00
VISITA EMERGENCIAL ELETRICISTA	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 180,00
TELHADO FOBROTEX	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 17,00
COPIA DE CHAVE			R\$ 12,00
PLACAS DE AUTOMOVEL	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 90,00
PASTA DOCUMENTO	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 200,00
ABERTURA DE PORTA	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 15,00
INSTALACAO DE FECHADURA	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 55,00
SERVICO DE CARTÓRIO	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA		R\$ 2,00
<b>Totais</b>			<b>1.231,10</b>

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Conserto veículos Chapas NR e NEP2783 e NEP2818	ATENDER NECESSIDADE DA DELEGACIA DE OIAPOQUE	Dayan Pereira da Silva	R\$ 1.496,00
Confecção de chaves	ATENDER NECESSIDADE DA DELEGACIA DE OIAPOQUE		R\$ 4,00
<b>Totais</b>			<b>R\$ 1500,00</b>

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Pagamento a colaboradores referente a locação de moveis	ATENDER NECESSIDADE DA SUPERINTENDENCIA	Wagner Thales Sousa Araujo.	R \$ 200,00
<b>Totais</b>			<b>R\$ 200,00</b>

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Houve um saque no valor de R\$ 150,00 (2007OB900354), porem foi devolvida através de GRU	CANCELAMENTO DE SUPRIMENTO	RONILSON DOS SANTOS	R\$ 150,00

<b>Totais</b>			<b>R\$ 150,00</b>
	<b>Justificativa</b>	<b>Responsável</b>	<b>Valor</b>
<b>COMPRA DE CADEADOS</b>	<b>ATENDER A OPERAÇÃO ANTIDOTO</b>	<b>Fábio Seiji Tamura</b>	<b>R\$ 1400,00</b>
<b>MATERIAL DE INFORMÁTICA</b>	<b>ATENDER A OPERAÇÃO ANTIDOTO</b>		<b>R\$ 1.292,00</b>
<b>SERVICO DE MARCENARIA</b>	<b>ATENDER A OPERAÇÃO ANTIDOTO</b>		<b>R\$ 600,00</b>
<b>SERVICO HOSPEDAGEM E TRANSPORTE</b>	<b>ATENDER A OPERAÇÃO ANTIDOTO</b>		<b>R\$ 1.800,00</b>
<b>FORNECIMENTO GÊNERO ALIMENTÍCIO</b>	<b>ATENDER A OPERAÇÃO ANTIDOTO</b>		<b>R\$ 1.000,00</b>
<b>Totais</b>			<b>R\$ 6.092,00</b>

# Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

## 1. Tribunal de Contas da União

As Unidades Descentralizadas não são responsáveis pelo encaminhamento das informações requeridas neste item.

## 2. Sistema de controle interno

Auditorias Planejadas e realizadas pelo Controle Interno da Unidade Jurisdicionada:

Documento (nº do relatório de auditoria)	Recomendações	Providências adotadas
Relatório nº 189646 Item nº 2.1.1.1	Tendo em vista a não disponibilização de documentos e/ou informações solicitados pela equipe de auditoria da CGU/AP, relativo aos suprimento de fundos, recomenda-se atentar para a necessidade de atender ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme preceitua o artigo 26 da Lei 10.180, de 06/02/2001 .	Tomamos providências visando sanar o problema para isso, passamos a utilizar o cartão corporativo do governo federal, conforme sugestão da auditoria, porém ressaltamos que estamos tendo muitas dificuldades com a utilização destes cartões. Informamos ainda, que mudamos o sistema do arquivamento dos processos de suprimento de fundos, passando assim, mais tempo no setor financeiro, a fim de que possamos melhorar atendimento concernentes aos órgãos de controle interno.
Relatório nº 189646 Item nº 4.1.1.1	Recomendamos que a Unidade distribua de forma mais eficaz o	Tomamos providências visando sanar o problema

	<p>seu tempo, possibilitando o atendimento tempestivo às solicitações dos órgãos de controle.</p>	<p>para isso, destacamos dois servidores da área administrativa área meio)( para trabalhar no Setor de Licitação e contratos, com essa mudanças foi possível procedermos à formalização dos contratos, conforme estabelecido em lei, e assim atendermos aos órgãos de controle internos.</p>
<p>Relatório nº 189646 Item nº 4.1.2.1</p>	<p>Recomendamos o cumprimento ao que dispõe o artigo nº 26 da Lei nº 10.180, de 06/02/2001.</p>	<p>Esta Superintendência confecciona as portarias de designação dos fiscais desde o ano 2005, foi um equívoco não terem sido encaminhadas tais portarias a CGU, quanto aos relatórios de fiscalização, informamos que a atividade de fiscal de contrato e atividades paralelas as já desenvolvidas principalmente pelo pessoal da área meio tornando-se portanto difícil exigiremos de tais servidores relatórios mensais, visto que temos carência de pessoal da área meio, Mas a esta Regional ultimou providências visando a conscientização dos fiscais de contratos da necessidade de se fiscalizar de maneira eficiente e eficaz as empresas prestadoras de serviços neste Órgão .</p>
	<p>Recomendamos o</p>	<p>Tomamos providências</p>

<p>Relatório nº 189646 Item nº 4.1.3.1</p>	<p>cumprimento ao que dispõe o artigo nº 26 da Lei nº 10.180, de 06/02/2001.</p>	<p>visando sanar o problema para isso, destacamos dois servidores da área administrativa para trabalhar no Setor de Licitação e contratos, com essa mudanças foi possível procedermos à formalização dos contratos conforme estabelecido em lei, e assim atendermos aos órgãos de controle internos.</p>
<p>Relatório nº 189646 Item nº 4.1.4.1</p>	<p>Recomendamos que a Unidade distribua de forma mais eficaz o seu tempo, possibilitando o atendimento tempestivo às solicitações dos órgãos de controle.</p>	<p>Tomamos providências visando sanar o problema para isso, destacamos dois servidores da área administrativa para trabalhar no Setor de Licitação e contratos, com essa mudanças foi possível procedermos à formalização dos contratos conforme estabelecido em lei, e assim atendermos aos órgãos de controle internos.</p>

**ANEXO F (O item 11 do Anexo II da DN TCU 85/2007 UJ “Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº44/2002” .**

## PESSOAL

Servidores Ativos: 168

Número de servidores por categoria funcional:

### SR/DPF/AP

DELEGADOS	: 25
PERITOS	: 11
AGENTES	: 68
ESCRIVÃES	: 16
PAPILOSCOPISTA	: 08
ADMINISTRADOR	: 02
ASSISTENTE SOCIAL	: 01
AGENTE ADMINISTRATIVO	: 25
OP. DE COMPUTAÇÃO	: 01
AGENTE DE PORTARIA	: 02
AG. DE TELEC. E ELETRIC.	: 03
ARTÍFICE DE MECÂNICA	: 03
MOTORISTA OFICIAL	: 02
TÉC. EM CONTABILIDADE	: 01

### CARGOS COMISSIONADOS

DAS - 101.3	= 01
DAS - 101.1	= 03
FGR - 002	= 04
FGR - 003	= 18
TOTAL	= 26

Aspectos legais:

Admissão:

Remuneração:

Cessão: 01 servidor (Governo do Estado do Amapá)

Requisição: não houve

Concessão de aposentadoria: 01

Concessão de reforma: não houve

Concessão de pensão: não houve



## **DECLARAÇÃO**

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º , que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Macapá/ AP, 29 de fevereiro de 2008.

**Anderson Rui Fontel de Oliveira**  
**Delegado de Polícia Federal**  
**Superintendente Regional-SR/DPF/AP**

Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

## 2.1 - QUADRO DE OPERAÇÕES

### SETOR TECNICO CIENTIFICO

No ano de 2007, já nas dependências da Superintendência, a infra-estrutura deste SETEC melhorou se comparada com aquela do segundo semestre de 2005 e do primeiro semestre de 2006. Entretanto, com a chegada de mais 04 (quatro) peritos o espaço físico disponível tornou-se crítico, prejudicando o atendimento da demanda recebida das delegacias desta Superintendência e de órgãos externos (Justiça Federal, Justiça do Trabalho, etc). Apesar de tudo, os peritos aqui lotados não mediram esforços para atender tais demandas, sempre que possível.

Foram confeccionados 196 (cento e noventa e seis) laudos, ficando como pendência 32 (trinta e duas) solicitações de perícia, logo 16,32% das solicitações totais não foi atendida. Dos 196 laudos 02 (dois) foi produzido pelo PPF Waldemar da Silveira Filho (Laudo de Confronto Papiloscópico). A Tabela 01 mostra a produção de laudos realizada por cada perito no ano de 2007.

Tabela 01 – Produção de laudos em 2007.

Perito	Título de Laudo	Subtítulo	Total
Sardinha	Laudo de Exame de Arma de Fogo	Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003	2
	Laudo de Exame de Arma de Fogo		1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	5
	Laudo de Exame de Local	Arrombamento	1
	Laudo de Exame de Local		1
	Laudo de Exame de Meio Ambiente	Análise de Licenciamento de Atividade	2
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	2
	Laudo de Exame de Munição		1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Autenticidade Documental	3
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Mecanográfico	1
<b>Subtotal</b>			<b>21</b>

Morum	Laudo de Exame de Arma de Fogo		1
	Laudo de Exame de Dispositivo de Armazenamento Computacional	Cartão de Memória	1
	Laudo de Exame de Dispositivo de Armazenamento Computacional	CD	5
	Laudo de Exame de Dispositivo de Armazenamento	Disquete	4

	Computacional		
	Laudo de Exame de Dispositivo de Armazenamento Computacional	HD	35
	Laudo de Exame de Dispositivo de Armazenamento Computacional	Pen Drive	2
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Agenda Eletrônica	1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	3
	Laudo de Exame de Local	Arrombamento	1
	Laudo de Exame de Local	Constatação de Dano	3
	Laudo de Exame de Material de Audiovisual	Análise de Conteúdo	1
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	4
	Laudo Preliminar de Constatação		2
<b>Subtotal</b>			<b>65</b>
<b>Canelas</b>	Laudo de Exame de Arma de Fogo	Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003	1
	Laudo de Exame de Arma de Fogo		1
	Laudo de Exame de Local	Arrombamento	1
	Laudo de Exame de Local		1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Alteração Documental	1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Autenticidade Documental	4
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	1
	Laudo de Exame Merceológico	Avaliação Direta e Indireta	1
	Laudo Preliminar de Constatação		2
<b>Subtotal</b>			<b>14</b>
<b>Santoro</b>	Laudo de Exame de Arma de Fogo		1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	4
	Laudo de Exame de Local		1
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	1
	Laudo de Exame de Veículo Terrestre		2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Autenticidade Documental	1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Mecanográfico	1
	Laudo de Exame Financeiro		2
	Laudo Preliminar de Constatação		1
<b>Subtotal</b>			<b>15</b>

<b>Alysson</b>	Laudo de Exame de Empreendimento	Agro-industrial	1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	6
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	3
	Laudo Preliminar de Constatação		3
<b>Subtotal</b>			<b>15</b>
<b>Lasmar</b>	Laudo de Exame de Arma de Fogo		2
	Laudo de Exame de Local	Acidente de Tráfego	1
	Laudo de Exame de Local		1
	Laudo de Exame de Material		1
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	2
	Laudo de Exame Documentoscópico	Alteração Documental	3
	Laudo de Exame Documentoscópico	Autenticidade Documental	6
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	8
	Laudo de Exame Documentoscópico		1
	Laudo de Exame Merceológico	Avaliação Direta e Indireta	1

	Laudo Preliminar de Constatação		1
<b>Subtotal</b>			<b>27</b>
<b>Oswaldo</b>	Laudo de Exame Contábil	Instituição Financeira	1
	Laudo de Exame de Arma de Fogo	Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003	1
	Laudo de Exame de Arma de Fogo		3
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	1
	Laudo de Exame de Local		2
	Laudo de Exame de Obra de Engenharia	Confrontação Físico-Financeira	1
	Laudo de Exame de Papel		1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	1
<b>Subtotal</b>			<b>12</b>
<b>Yone</b>	Laudo de Exame de Arma de Fogo		1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Máquina Eletrônica Programável	1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional	Telefone Celular	1
	Laudo de Exame de Equipamento Computacional		1
	Laudo de Exame de Moeda	Cédula	1
	Laudo de Exame Documentoscópico	Autenticidade Documental	3
	Laudo de Exame Documentoscópico	Grafoscópico	3
	Laudo de Exame Documentoscópico		10
	Laudo de Exame Merceológico		1
<b>Subtotal</b>			<b>25</b>
<b>TOTAL DE LAUDOS EM 2007</b>			<b>196</b>

## 2.3 Núcleo de Inteligência Policial – NIP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
<p>Houve destacada participação deste NIP no desencadeamento de operações desta SR, no sentido de ter localizado e qualificado diversos alvos, durante o curso das investigações . Colaboração , com o fornecimento de material humano e informações para a DIP na missão de apoio ao PAN.</p> <p>Investigação Social dos candidatos aos cargos do DPF, bem como de vigilantes, estagiários e prestadores de serviço desta SR,</p> <p>Atendimento, a contento, de todas as solicitações de Pedidos de Inteligência da DIP/DPF , com</p>	<p>TODO ESTADO DO AMAPÁ</p>	<p>Repressão à corrupção,</p> <p>Fornecimento de informações para tomadas de Decisão da DIP</p> <p>Ampliação e individualização dos acessos aos Sistemas de consulta do DPF</p> <p>Uso correto da verba de caráter sigiloso</p>	<p>Quanto aos pedidos de localização, os alvos foram encontrados e presos</p> <p>Quanto às investigações sociais, todas foram realizadas e dado conhecimento a quem de direito.</p> <p>Quanto aos pedidos de VS , a atuação do NIP favoreceu para que as delegacias passassem a utilizar mais e melhor tal recurso, favorecendo o trabalho como um todo.</p> <p>Todo servidor que solicitou acesso ou reativação de senha foi atendido.</p>

<p>informações das mais variadas sendo respondidas via SISDOC, Encaminhamento de todos os processos de aquisição e reativação de senhas dos servidores desta SR. Respostas a diversos pedidos de inteligência ,feitos no curso de inquéritos, que tramitam nesta SR, Encaminhamento / conferência dos processos de VS. Investigações que poderão embasar futura operação desta SR</p>			
---	--	--	--

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos.

O NIP apresentou bons resultados , tendo em vista possuir 3 APFs , 1 deslocado para missão PAN de fevereiro a Agosto , dois se revezando entre os trabalhos policiais e administrativos, férias , plantão e escala de sobreaviso desta SR, além das atribuições específicas da DIP.

Outra característica a ser observada é que os trabalhos do NIP se diluem como material de apoio aos mais diversos setores desta SR e do DPF como um todo.

### 3. Delegacia Regional Executiva - DREX

## Núcleo Especial de Polícia Marítima – NEPOM

Esta Superintendência não conta com um Núcleo Especial de Polícia Marítima - NEPOM. Contudo, existe a previsão de instalação do NEPOM/SR/DPF/AP, após o do Pará.

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2007

### 01. ÍNDICES:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos durante o ano	2.210
Extradições realizadas durante o ano	00
Carteiras de estrangeiros expedidas durante o ano	40
Deportações realizadas durante o ano	01
Expulsões realizadas durante o ano	0
Repatriações realizadas durante o ano	0
Ordens de Missões emitidas durante o ano	25
Aeronaves vistoriadas durante o ano	335
Embarcações vistoriadas durante o ano	441
Registros de estrangeiros efetuados durante o ano	25
Prorrogações de estada de estrangeiros efetuadas durante o ano	54
Pedidos de permanência sindicados durante o ano	35
Pedidos de naturalização sindicados durante o ano	03

### 02. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNIDADE E DOS RESULTADOS OBTIDOS:

Os números mencionados no quadro retro refletem parte dos dados quantitativos, produzidos pelos servidores (policiais e administrativos) lotados na DELEMIG, no exercício de 2007. São números bastante significativos, tendo em vista o efetivo ali disponibilizado: 01 DPF, 05 APF's, 04 administrativos e 01 bolsistas-estagiários.

Outros dados não mencionados, porém não menos importantes, foram realizados tais como o cumprimento de mandados de intimação, levantamentos diversos, operações extraordinárias, etc.

O Desempenho da Delegacia de Polícia de Imigração no Estado do Amapá, no exercício de 2007, foi, também, marcado por dificuldades, em virtude da carência dos meios financeiros, materiais e humanos. O trabalho foi até certo ponto limitado, tendo em vista que o reduzido efetivo policial lotado na delegacia não é suficiente para atender as demandas apresentadas, no que se refere ao combate aos crimes e ilícitos a serem investigados. Melhores resultados poderiam ser obtidos, fosse esse efetivo ampliado, resultando na quantidade e qualidade das investigações e ações peculiares ao papel fiscalizador da Polícia Federal.

Ações têm que ser implementadas e otimizadas, tendo em vista a busca da melhoria e maior efetividade nas operações a serem desencadeadas pela DELEMIG, visando à repressão dos ilícitos no controle migratório de brasileiros e estrangeiros.

Com o advento do Programa para a Modernização, Agilização e Aprimoramento da Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro – PROMASP, implantado nesta Regional em Junho de 2007, propiciou a modernização da infra-estrutura, a agilização e, principalmente, a maior segurança das atividades de expedição de documentos de viagem pelo Departamento de Polícia Federal, através da Delegacia de Polícia de Imigração, reduzindo-se ocorrências de fraude com relação ao passaporte brasileiro e efetivo controle do tráfego internacional, trazendo como consequência a melhoria da qualidade do serviço prestado.

Aguarda-se a implementação do SFTI – Sistema de Fiscalização do Tráfego Internacional, ainda não instalado nesta Superintendência por questões técnicas, todavia, com perspectivas favoráveis de sua utilização a médio prazo

#### Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

Não houve operação de grande porte em 2007.

IPL's instaurados: 67;  
IPL's relatados: 20;  
IPL's em andamento: 65

Os resultados da atividade de polícia judiciária foram satisfatórios.

A contabilização final se dará no decorrer do ano, com a conclusão das investigações.

#### DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES FAZENDÁRIOS (DELEFAZ/DREX/SR/DP/AP)

1. Operações realizadas:

a) ANTÍDOTO - Locais: Macapá/AP, Tartarugalzinho/AP, Fortaleza/CE, Belém/PA e Altamira/PA - Objetivo: Repressão a fraudadores em licitação na SESA/AP. Resultado: Cumprimento de 19 prisões temporárias, com várias buscas e apreensões.

b) Sem denominação - Local: Macapá/AP - Objetivo: Repressão aos exploradores de jogos caça-níqueis (bingo) - Resultado: Cumprimento de 01 prisão preventiva, com várias apreensões.

## 2. Índices:

a) Quantidade de IPL's instaurados no ano de 2007: 66

b) Quantidade de IPL's relatados no ano de 2007: 26

## 3. Análise da atuação da DELEFAZ e dos resultados obtidos:

- Foi satisfatório o resultado dos trabalhos desenvolvidos pela Delegacia no ano de 2007, principalmente com o desencadeamento da Operação Antídoto que necessitou de muita labuta para desarticular quadrilha que fraudava licitações no âmbito da Secretaria de Saúde do Estado do Amapá, tendo parte dos recursos oriundos do Governo Federal. Sem dúvida esse resultado refletirá em novas ações desta Delegacia para o combater a corrupção, a fraude e outros crimes.

## DELEGACIA DE DEFESA INSTITUCIONAL - DELINST

1. Operações realizadas: Consultando os acervos documentais desta delegacia, foi verificado que não houve nenhuma operação realizada durante o ano de 2007.

2. Segurança de Dignitários: 1 (uma), realizada através da OM de número 014/2007-DELINST, referente à segurança pessoal do Senhor Ministro de Estado da Justiça. As demais foram cumpridas pelo Núcleo de Operações desta Regional.

3. Proteção de testemunhas: conforme registros catalogados, não houve nenhuma missão no sentido de realizar trabalhos de proteção às testemunhas no ano de 2007.

4. Registros de armas concedidos e expedidos – categoria defesa pessoal e empresa de segurança: 183 (cento e oitenta e três), conforme dados consultados no SINARM.

5. Portes de arma concedidos: Consultando os acervos documentais desta delegacia, foi verificado que não foi concedido nenhum porte de arma no exercício de 2007.

6. Credenciamento de Psicólogo: Consultando os acervos documentais desta delegacia, foi verificado que não houve nenhum pedido de credenciamento de psicólogo durante o ano de 2007.

7. Credenciamento de Armeiro: Consultando os acervos documentais desta delegacia, foi verificado que não houve nenhum pedido de credenciamento de armeiro durante o ano de 2007.

8. Credenciamento de Instrutor de tiro: Consultando os acervos documentais desta delegacia, foi verificado que foram requeridos 03 (três) pedidos de credenciamento, sendo que 02 (dois) foram indeferidos e 01 (um) ainda está em processamento.

Na oportunidade, informamos que todas as atividades desenvolvidas por esta DELINST são realizadas com fulcro na eficiência do serviço, segurança do ambiente de trabalho e principalmente salvaguarda da integridade física da própria sociedade.

Resumo das atividades:

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
1. Operações realizadas	00
2. Segurança de Dignitários	01
3. Proteção de testemunhas ameaçadas	00
4. Registros de arma expedidos	183
5. Portes de arma concedidos	00
6. Credenciamento de Psicólogo	00



7. Credenciamento de Armeiro	00
------------------------------	----

8. Credenciamento de Instrutor de tiro	03
--	----

## Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP

### Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE
Autuações com proposta de penalidades	59
Portarias de aprovação plano de segurança bancários	43
Certificados emitidos / Segurança e Vistoria	14
Carteiras de Vigilantes expedidas por ano	642
Registro de vigilantes	639
Registro de profissão vigilante	47
Pareceres	159
Notificações	87
Vistorias realizadas/empresas/orgânicas e bancos	108
Operações ( blitz – ordem de missão)	18

#### **Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:**

Segundo informações obtidas na delegacia, o desempenho da DELESP no Estado do Amapá, em 2007, pode ser considerado satisfatório, levando-se em conta que foram realizadas várias “blitz” em casas noturnas, de eventos e locais de grandes shows, o que não era de costume ser realizado nos últimos 2 (dois) anos, principalmente nas localidades de Santana e Macapá, e também pelo fato de a delegacia ter tido muita rotatividade de policiais lotados nela.

### Delegacia Especial no Aeroporto Internacional - DEAIN

Esta Unidade não conta com a estrutura de DEAIN.

#### DELEGACIA DE REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O MEIO-AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO – DELEMAPH/AP – ANO 2007

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
OPERAÇÃO CACHOEIRA	TUDO O ESTADO	IPL SOB SEGREDO DE JUSTIÇA	EM ANDAMENTO

OPERAÇÃO “OURO NEGRO”	TODO O ESTADO	COMBATE À EXTRAÇÃO ILEGAL DE MINÉRIO RADIOATIVO	EM ANDAMENTO
OPERAÇÃO DRAKE	MACAPÁ(AP) E SANTANA(AP)	REPRESSÃO AO TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES PELAS VIAS PORTUÁRIAS E AÉREAS	LAVRATURA DE TCO's E APREENSÃO DE ANIMAIS
APREENSÃO DE TANTALITA	GARIMPO DE LOURENÇO – CALÇOENE/AP	COMBATE À EXTRAÇÃO ILEGAL E COMERCIALIZAÇÃO DE MINÉRIO	APREENSÃO DE TANTALITA
OPERAÇÃO LAGOSTA	LITORAL NORTE DO AMAPÁ	COMBATE À PESCA ILEGAL	APREENSÃO DE UTENSÍLIOS DE PESCA

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Em 2007, a DELEMAPH atuou maciçamente na repressão aos crimes ambientais, realizando investigações, apurando denúncias, dando andamento aos inquéritos, realizando planejamento de missões, apoiando outros órgãos na execução do seu mister, como IBAMA, DNPM, etc.

Na maior parte do ano, o trabalho foi focado em cima do IPL sob sigilo de justiça o qual as investigações ultrapassaram o limite do estado, demandando empenho integral de toda a equipe policial. Paralelo a isto, tivemos denúncia e informes que ajudaram a iniciar a operação “ouro negro”, voltada a combater a extração ilegal de minérios com teor radiativo-ainda em andamento. Por consequência, houve uma apreensão do minério tantalita em uma região de garimpo chamada Lourenço, com prisão em flagrante do seu portador, ajudando assim a identificar outras pessoas que trabalham com esse material.

Na operação Drake desencadeada pela DMAPH e operacionalizada pela DELEMAPH/AP, foram realizados vários termos circunstanciados e apreendidas diversas espécies animais expostos nas feiras livres, como peixes em época de defeso, animais de caça como paca, anta, e aves silvestres.

O ano foi encerrado com a operação lagosta no litoral norte do estado. Conjuntamente com o IBAMA, foram interceptados barcos pesqueiros que realizavam atividades em até 6km da costa do Amapá (área de proibição). Foram apreendidas redes de pesca e peixes em época de defeso, apesar de grande resistência por parte dos pescadores.

Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE

Índices:

COCAÍNA - 21.155 g  
MACONHA - 460 g  
ECSTASY - 458 comprimidos

Análise da atuação e dos resultados obtidos:

Os trabalhos iniciados no ano de 2007 permitiram a deflagração de 02 (duas) Operações - 42 GRAUS e ABACAXI.

A Operação 42 GRAUS desbaratou uma organização criminosa de traficantes de ecstasy, muitos deles pertencentes às classes média e alta de Macapá, fato este, inédito no Estado.

Já a Operação ABACAXI, desbaratou uma organização criminosa de traficantes de cocaína que envolvia taxistas e mototaxistas dos municípios de Macapá/AP e Porto Grande/AP.

A DRE/AP teve atuação bastante positiva no ano de 2007, merecendo destaque em mais de 40 (quarenta) capas de jornais da Capital, todos eles ressaltando o trabalho policial realizado, o que reforça positivamente a boa imagem da Delegacia, da Superintendência Estadual e da Polícia Federal junto à comunidade amapaense.

## FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

Atividades de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

Empresas fiscalizadas - 15  
Cadastros aprovados - 07

### **Análise da atuação e dos resultados obtidos:**

O Estado do Amapá se caracteriza por possuir apenas empresas que comercializam pequenas quantidades de produtos químicos controlados, ou seja, estão fora do controle exercido pelo DPF.

Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

Devido à carência de recursos humanos, não foi possível implementar a DELEPAT no âmbito desta Superintendência.

### 5. Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Correição Ordinária na SR/DPF/AP e DPF.B/OPE/AP.	SR/DPF/AP e DPF.B/OPE/AP	Examinar procedimentos em tramitação, livros cartorários e expedientes pendentes, depósito e destino das coisas apreendidas,	Foi elaborado Relatório Correccional 2007.

		Cartório e Custódia.	
Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinares	SR/DPF/AP	Apurar possíveis irregularidades perpetradas por servidores.	Instauração de 03 procedimentos.
Confecção de Pareceres	SR/DPF/AP	Emitir pareceres sobre consultas jurídicas relacionadas às atividades e atribuições próprias da polícia judiciária da União.	10 pareceres formulados.
Emissão de despachos ordinatórios de instauração de inquéritos policiais	SR/DPF/AP	Definir a atuação do DPF diante dos expedientes de naturezas diversas que lhe são encaminhados.	432 despachos formulados.

Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

## RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2007

### 03. ÍNDICES:

ÍNDICES	QUANTIDADE
Passaportes expedidos durante o ano	835
Entrada de estrangeiros	4.767
Saída de estrangeiros	3.954
Taxas arrecadadas com passaporte	R\$ 86.993,23
Multas aplicadas na área de migração	R\$ 89.804,67
Ordens de Missões emitidas durante o ano	110

### 04. ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA UNIDADE E DOS RESULTADOS OBTIDOS:

Os números mencionados no quadro retro refletem parte dos dados quantitativos, produzidos pelos servidores lotados na DPF/OPE/AP, no exercício de 2007. São números bastante significativos, tendo em vista que o efetivo da delegacia foi diminuindo gradativamente durante o ano, principalmente em virtude de decisões judiciais (julho) e também pela realização dos Jogos Pan-Americanos (Julho/Agosto).

Vale destacar algumas ações realizadas em 2007, como a operação “Frequência Livre” (Maio), a repressão a entorpecentes (Novembro), o cumprimento de mandados de prisão (Agosto-Dezembro) e a Operação “Sucuri” (27.11 a 03.12).

Outros dados não mencionados, mas relevantes, foram realizados tais como o cumprimento de mandados de intimação e de prisão, levantamentos diversos, apoio a outros órgãos como IBAMA e FUNAI. Na área de migração, a expedição dos novos passaportes (Agosto) foi importante para a modernização da Delegacia, melhorando os serviços prestados a população, bem como dando maior agilidade aos trâmites burocráticos do NUMIG/DPF/OPE/AP.

No tocante a parte de material, a Delegacia teve dificuldades em manter as viaturas em bom funcionamento, haja vista a ausência de mão de obra qualificada para prestar os serviços na cidade do Oiapoque/AP, bem como devido as péssimas condições das ruas do município e da estrada Oiapoque/Macapá.

Por outro lado, o curso de Armamento Menos Letal, a munição para treinamento e a chegada de mais uma submetralhadora HK MP-5, de uma SPAS 15 e de dois fuzis HK G36 (modelos K e KV) melhoraram muito a segurança no trabalho policial. No mesmo sentido, a chegada do barco no final do ano é fundamental para a implementação da fiscalização fluvial no rio Oiapoque, principal “via de trânsito” para os habitantes da região.

Por fim, a maior dificuldade enfrentada pela Delegacia do Oiapoque é a ligação com Macapá, eis que as já mencionadas péssimas condições da estrada não permitem que a SR/AP preste todo o auxílio necessário, como a manutenção das viaturas ou o deslocamento ágil de policiais. Por exemplo, no primeiro semestre de 2007, alguns policiais chegaram a passar de 24 a 48 horas na estrada, o que evidentemente compromete o trabalho policial na região.

Segue abaixo Relatório de Atividades da DELEPREV/SR/DPF/AP:

Não houve operação de grande porte em 2007.

IPL's instaurados: 67;

IPL's relatados: 20;

IPL's em andamento: 65

Os resultados da atividade de polícia judiciária foram satisfatórios.



**Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

<b>Tipo</b>	<b>Código Siafi/Siasg</b>	<b>Identificação do Termo Inicial ou Aditivos</b>	<b>Objeto da avença</b>	<b>Data de publicação no DOU</b>	<b>Valor total pactuado</b>	<b>Valor total recebido/transferido no exercício</b>	<b>Contra-partida</b>	<b>Beneficiário (Razão social e CNPJ)</b>	<b>Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)</b>
convenio	Siafi/siasg	Conveno 01/03-SR/DPF/AP de 14/12/03 até 31/12/07 4 termo aditivo 1/1/07 a 31/12/07	CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTES	29/01/2007	R\$ 19.355,00	R\$ 15.917,95		61600839/0067-81	Os objetivos previstos neste contrato foram todos alcançados houve prestação de conta e ate a presente data nao foi instaurado sindicancia.